



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2013

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28 DE MARÇO DE 2014

ÍNDICE

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução, pág. 3

A2 – Estrutura orgânica, pág. 4

A3 – Programa de redução de custos, pág. 5

A4 – Recursos Humanos, pág. 5

A5 – Qualificação, pág. 6

A6 – Formação profissional, pág. 6

A7 – Atividade Editorial, pág. 6

A8 – Evolução de negócios, pág. 9

A9 – Cooperação, pág. 10

A10 – Atividade internacional, pág. 11

A11 – Inovação/Modernização, pág. 11

A12 – Investimento, pág. 12

A13 – Análise económica e financeira, pág. 12

Situação Económico-financeira, pág. 12

Proveitos, pág. 12

Custos, pág. 13

Resultados, pág. 13

Situação Patrimonial e Financeira, pág. 13

Principais indicadores, pág. 15

Pendências judiciais, pág. 16

A14 – Demonstrações financeiras, pág. 17

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2013, pág. 22

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 48

D – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS, pág. 49

E – GRELHA DE PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA, pág. 56

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2013 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O exercício de 2013 foi fortemente influenciado pela conjuntura económica e social do País, de que é reflexo a redução de 31,3% no valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, para vigorar no triénio 2013-2015.

Apesar das medidas de racionalização de custos implementadas no decurso do último trimestre de 2012, de que se salienta o programa de saídas voluntárias a que aderiram 24 trabalhadores, e no decurso do exercício em apreço, não foi possível ultrapassar o impacto que o fim da suspensão do pagamento do subsídio de férias teve nas contas da Empresa.

Neste contexto, a Lusa registou, pela primeira vez nos últimos 10 anos, resultados operacionais e resultados líquidos negativos, de 1.076.991,94 euros e 1.017.804,49 euros, respetivamente.

Apesar dos resultados alcançados, a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, prosseguiu com as políticas de consolidação e reforço como agência multimédia produtora e distribuidora de conteúdos noticiosos e de informação para múltiplas plataformas.

No âmbito da produção de conteúdos deve registar-se, também, que a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

A Lusa constituiu-se, ainda, como um importante fator de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, pela intensificação e afirmação da presença da Agência no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.

No campo da inovação/modernização, na área multimédia, prosseguiu a aposta no mercado das aplicações para equipamentos móveis, com a criação e desenvolvimento de novas aplicações para iOS e Android, cujo lançamento está previsto para o primeiro trimestre de 2014.



A2 – Estrutura orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

Considerando a necessidade de adequar a estrutura orgânica da Lusa à sua verdadeira dimensão operacional, o Conselho de Administração deliberou, com efeitos a 06 de janeiro de 2014:

1. Extinguir as seguintes unidades orgânicas:
 - Gabinete de Planeamento e Projetos Especiais;
 - Direção Técnica; e
 - Direção Comercial e de marketing.



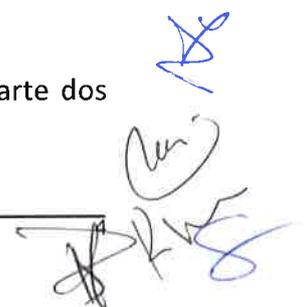
2. Criar a Direção de Operações e Mercado, a qual, para além das competências próprias, assumirá as competências e atribuições das direções a extinguir, assim como os trabalhadores que lhes estão afetos.

São objetivos desta alteração orgânica:

- Simplificar a estrutura, por forma a tornar possível a redução de custos no topo da empresa;
- Permitir que a nova Direção, resultante da extinção de três, se focalize na receita, com a reorganização da estrutura de vendas, na criação de novos produtos, na procura de novos mercados e na internacionalização.

Desta forma, a macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

O apoio direto ao PCA é feito pela Secretaria-Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos.



Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as três direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Operações e Mercado, que controla a gestão dos sistemas de informação e promove a venda de serviços e a sua imagem; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, dispondo de três delegações em território nacional e oito no estrangeiro, e conta também com uma rede de correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 países de todo o mundo.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



A3 – Programa de redução de custos

Durante o exercício de 2013, a Lusa prosseguiu os esforços de redução de custos em todas as áreas, nomeadamente, aplicando as determinações da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), continuando a renegociação de contratos com fornecedores e o programa de saídas voluntárias para trabalhadores, com a rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo, implementado no último trimestre de 2012, e reduzindo em 20% o valor do subsídio de função atribuído a todas as estruturas de direção e chefia e as ajudas de custo atribuídas aos delegados em Bissau, Luanda, Maputo, Cidade da Praia, Macau, Pequim e Díli. Os fornecimentos e serviços externos registaram, face ao período homólogo, uma diminuição de 10,7%.

A4 – Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2013, a Agência tinha 264 trabalhadores, menos 3 do que em dezembro de 2012, ou seja, o número de trabalhadores que aderiu ao programa de saídas voluntárias.

Entre os 264 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 12 requisitados e licenças sem retribuição e 30 em situação de pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 222, que compara com 238 em 2012.

Do efetivo total, 33,7% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (compara com 37,1% em 2012), 32,2% trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 26,7% em 2012), e 50% são mulheres (compara com 49% em 2012).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 205 elementos, correspondente a 77,7% de todos os trabalhadores, dos quais 177 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (compara com 179 em 2012), 16 estão em situação de pré-reforma e 12 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

A5 – Qualificação

No universo de 264 trabalhadores da Lusa, 50% têm como qualificações o nível do ensino superior, 40,1% o nível do ensino secundário, 7,6% o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,3% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A6 – Formação profissional

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

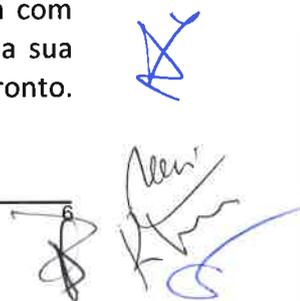
Em 2013 foram também efetuadas as seguintes ações de formação: “Consulta de bases de dados para trabalho jornalístico”, que envolveu 8 jornalistas; “Justiça Económica”, a 11 jornalistas; “Medicina Legal e Ciências Forenses”, a uma jornalista; “Informações em Democracia”, a um jornalista; “Contratação Pública”, a um técnico superior; “Formação Multimédia em TV Vídeo”, a um jornalista; e “Língua Portuguesa”, a 100 jornalistas.

A7 – Atividade Editorial

O ano de 2013 fica marcado pela consolidação do papel da Lusa como grande agência do espaço da Língua Portuguesa e das comunidades Lusófonas, com tudo o que isso implica em termos de uma melhor e mais homogénea cobertura no território nacional e internacional.

A diminuição de cerca de 10% do número de jornalistas – consequência de uma diminuição das transferências do Estado, ao abrigo do contrato de serviço público – teve um impacto negativo sobre o número de conteúdos distribuídos, mas houve a determinada e persistente preocupação em manter, e até tentar melhorar, a qualidade do serviço jornalístico prestado aos clientes.

Em termos funcionais, no início do ano assistiu-se às mudanças de editores das secções de País e Lusofonia & Mundo. A rede internacional foi a mais afetada pela reorganização a que a Lusa foi sujeita. Oito jornalistas dessa rede que estavam com avenças passaram a receber à peça, mas ao mesmo tempo a Lusa aumentou a sua presença em vários pontos do Mundo: Luxemburgo, Genebra, Jacarta, Viena, Toronto.



A rede de correspondentes internacionais passou a estar mais focada na produção de notícias das comunidades portuguesa e de outros países lusófonos nas respetivas regiões.

Na editoria País foi visível o cuidado em alargar a todos os concelhos a cobertura noticiosa da Lusa. Câmaras vídeo de qualidade profissional foram distribuídas por todo o país, o que permitiu o aumento significativo de conteúdos de qualidade com capacidade para serem vendidos à TV.

Apesar da preocupação permanente com a contenção de custos, a Lusa conseguiu excelentes resultados na cobertura noticiosa de eventos de diversas áreas temáticas, destacando-se as eleições autárquicas e a cerimónia à volta do funeral de Nelson Mandela.

Produção editorial

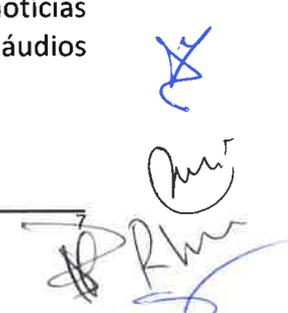
A produção editorial da Lusa ascendeu a 231.276 conteúdos únicos, sendo a média diária de 634, conforme quadro seguinte:

Tipo	2013		
	N.º (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	45.631	125	19,7%
Conteúdos mistos	33.641	92	14,5%
Vídeos	6.607	18	2,9%
Notícias texto	123.660	339	53,5%
Outros conteúdos texto	6.866	19	3,0%
Áudio	12.721	35	5,5%
SMS	2.044	6	0,9%
Gráficos/Infografias	106	0	0,0%
Total	231.276	634	100,0%

Relativamente ao ano anterior, regista-se um decréscimo na produção anual de conteúdos (231.276 compara com 246.116 em 2012), diferença não muito relevante, dada a redução do número de jornalistas da Agência no último trimestre de 2012. Em 2013, a Agência integra menos 2 jornalistas do que em 2012 e menos 16 do que em 2011.

Ainda assim, é de ressaltar o crescimento dos conteúdos mistos e de infografias durante o ano de 2013 (com aumentos de 18% e 10%, respetivamente). As maiores descidas notam-se na produção de SMS (-23%) e de vídeos (-22%), sendo também relevante na fotografia (-14%). As notícias de texto desceram cerca de 7%.

Como se demonstra pelo quadro abaixo, a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, em 21 de dezembro de 2012, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.



Tipo	Média por dia	
	Produção em 2013	Contrato Serviço Público
Áudio	34,9	10-20
Fotos	125,0	30-50
Notícias texto	338,8	300-400
Vídeos	18,1	5-10

O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2013 comparativamente com a registada em 2012 e 2011, agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se inscreve a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso – notícias distribuídas – em valores que resultam da própria classificação temática.

Temas	Texto			Foto			Vídeo			Áudio		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Acidentes e desastres	9.210	8.496	7.907	1.986	2.017	1.487	195	214	321	354	272	231
Ambiente	4.665	4.012	3.658	710	714	609	222	177	387	416	330	409
Artes, cultura e entretenimento	13.294	12.309	12.406	6.519	6.782	6.241	1.150	1.344	2.119	871	814	1.140
Ciência e tecnologia	3.254	2.751	2.008	306	388	199	105	93	156	272	219	159
Crime, lei e justiça	20.312	18.482	16.189	1.262	1.870	1.437	351	464	706	1.043	802	879
Desporto	29.322	28.387	25.694	12.781	14.235	11.560	1.659	2.041	3.002	1.551	1.503	1.685
Economia, negócios e finanças	55.783	59.191	54.641	5.404	6.276	4.349	2.300	2.567	4.203	4.996	4.964	4.700
Educação	6.610	5.306	4.615	1.460	1.170	843	332	359	633	808	651	621
Estilo de vida e lazer	4.086	2.981	1.904	735	625	371	257	259	288	235	159	138
Guerras e conflitos	13.422	12.695	15.212	1.967	1.365	1.429	294	371	637	498	401	457
Interesse humano	5.987	3.833	2.998	1.697	1.734	1.116	263	197	297	313	176	178
Política	67.942	66.046	64.078	15.806	17.339	14.156	2.643	3.312	5.598	7.724	7.269	7.972
Religião	2.970	1.927	1.659	957	912	503	131	138	232	214	149	173
Saúde	7.495	7.064	6.123	895	920	571	252	316	452	720	780	785
Sociedade	27.070	24.177	20.591	2.094	1.522	972	1.313	1.639	2.335	2.270	2.287	2.202
Trabalho	11.045	11.162	6.671	1.979	2.391	1.169	626	826	775	1.399	1.316	869
Outros	13.047	13.450	10.736	915	663	328	445	490	575	724	709	533
Total	295.514	282.269	257.090	57.473	60.923	47.340	12.538	14.807	22.716	24.408	22.801	23.131

Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas não coincide com o número de notícias produzidas.

Além da diversidade de conteúdos distribuídos pela Lusa, entre os 17 temas inscritos no quadro acima, em termos de textos destacam-se a Política (23%), Economia (19%), Desporto (10%) e Sociedade (9%) que, no conjunto, representam 61% do texto noticioso. Comparando com 2012, este agrupamento de temas mantém a liderança na distribuição de notícias/texto, registando face ao valor global um ligeiro decréscimo de 2% relacionado com a redução do noticiário de Economia. Trata-se, enfim, de uma variação materialmente irrelevante uma vez que em nada altera a estabilidade do fio noticioso da Agência.

Quanto à Fotografia, os temas de Política (28%) e de Desporto (22%) continuam a representar cerca de 50% do Serviço de Fotos distribuído. O decréscimo global de 6%, comparando com 2012, deve-se sobretudo à redução de 1% em cada um dos temas de Política, Desporto, Economia, Justiça, Cultura e Trabalho. Em sentido contrário, verificam-se crescimentos da mesma ordem de grandeza nos temas de Educação, Sociedade e Guerras.

A8 – Evolução de negócios

A evolução de negócios em 2013, à semelhança dos anos imediatamente anteriores foi, uma vez mais, condicionada por conjunturas económicas, financeiras e sociais adversas que afetaram o mercado da Comunicação Social onde se inserem os principais clientes da Agência.

Para contrariar esta tendência, foi lançado um serviço de notícias prioritárias, chamado Última Hora, para os clientes atuais e captação de novos clientes. Foi ainda criado um pacote temático para as Eleições Autárquicas 2013, com clientes ao nível das autarquias, partidos nacionais e locais.

A conjuntura desfavorável contribuiu fortemente para o decréscimo de Serviços Especiais para operadores de televisão e Grande Imprensa, especialmente na cobertura de acontecimentos internacionais.

As diferentes abordagens dos clientes, com necessidades de reduzirem e racionalizarem recursos, e a adaptação de serviços à disponibilidade económica do momento, constituíram os maiores desafios nas atividades e tarefas da Direção Comercial e de Marketing.

O quadro seguinte indica a enorme retração da receita total da Lusa, em 26,6%, resultante principalmente da redução do valor do contrato com o Estado superior a 31%; ou seja, a redução do contrato com o Estado representa 94% da redução de receitas da Lusa. Nas restantes áreas de negócio, houve uma perda de 6% de receita, praticamente resultante da soma das perdas nos GOCS e nos outros Institucionais. Em sentido contrário, embora com crescimentos marginais, temos as Empresas e o Mercado Externo.

(Valores em Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2013	2012	VARIÇÃO 2012/2013	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.540.534,49	1.707.761,14	-167.226,65	-9,8%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	225.416,43	250.979,88	-25.563,45	-10,2%
EMPRESAS	893.706,66	879.122,31	14.584,35	1,7%
INSTITUCIONAL	11.045.920,48	16.041.568,10	-4.995.647,62	-31,1%
Contrato com o Estado	10.700.000,00	15.567.165,71	-4.867.165,71	-31,3%
Outros	345.920,48	474.402,39	-128.481,91	-27,1%
GRANDE PÚBLICO	8.647,87	10.691,12	-2.043,25	-19,1%
OUTROS	67.685,96	78.329,70	-10.643,74	-13,6%
SUBTOTAL	13.781.911,89	18.968.452,25	-5.186.540,36	-27,3%
MERCADO EXTERNO	529.222,29	516.781,66	12.440,63	2,4%
TOTAL	14.311.134,18	19.485.233,91	-5.174.099,73	-26,6%

Clientes e serviços

Atenta aos sinais do mercado, a Lusa prosseguiu em 2013 a estratégia comercial e de marketing desenvolvida em anos anteriores, muito focada nas necessidades dos clientes, tendo para isso definido os seguintes princípios orientadores:

- Fidelização dos clientes existentes através da intensificação do apoio aos clientes por forma a encontrar soluções adequadas às suas crescentes dificuldades, continuando a prestar-lhes um serviço de qualidade;
- Prospeção de outros mercados, sobretudo em novas plataformas multimédia, com a oferta de formatos mais adaptáveis à conjuntura;
- Prospeção de novos produtos que se adaptem às necessidades e novas tecnologias solicitados pelos principais clientes;
- Política de preços e produtos adequada ao mercado;
- Diferentes e melhores meios de distribuição, com menores custos;
- Adaptação da oferta de produtos especialmente aos pequenos nichos de mercado e aos meios mais especializados;
- Lançamento dos serviços Última Hora e serviços dedicados às Eleições Autárquicas;
- Devido ao fim do contrato com CEGER, para distribuição de serviços noticiosos aos vários ministérios, foram contactados e efetuados contratos individualizados com cada ministério, de acordo com as suas necessidades.

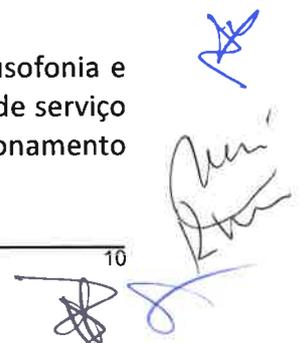
Prestação de serviços

Não obstante a estratégia comercial e de marketing prosseguida, não foi possível contrariar a forte contração do mercado tradicional (GOCS, POCS e Outros) e dos Institucionais - Outros, que se traduziu na desistência de clientes, cortes de serviço por falta de pagamento e diminuição de serviços faturados.

Não obstante, nos mercados emergentes (*new media*), a Lusa reforçou a sua posição como fornecedor de conteúdos multimédia para sítios e portais da Internet, e respondeu tempestivamente com soluções adaptadas a todos os suportes, de que se destacam, nomeadamente, *Smartphones* e *Tablets*.

A9 – Cooperação

A Lusa intensificou, em 2013, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento



multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção. Neste âmbito destaca-se o apoio continuado na manutenção do sítio da Inforpress Agência de Notícias de Cabo Verde.

A Lusa participou, em Brasília, na VI Assembleia-Geral da ALP – Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa, no decorrer da qual ficou decidido a criação de um portal global multimédia que reúna os conteúdos noticiosos de interesse mútuo com origem na geografia da língua portuguesa.

Este projeto, que tem por objeto a criação de uma marca global de informação com webTv, agrega, para além da Lusa, as agências nacionais de Angola (Angop), do Brasil (EBC-Agência Brasil), de Cabo Verde (Inforpress), da Guiné-Bissau (ANG), de Moçambique (AIM) e de São Tomé e Príncipe (STP-Press), e ainda duas organizações que participaram na VI Assembleia Geral da ALP na qualidade de observadores convidados: a TDM (Macau) e a futura agência de Timor Leste.

A10 – Atividade internacional

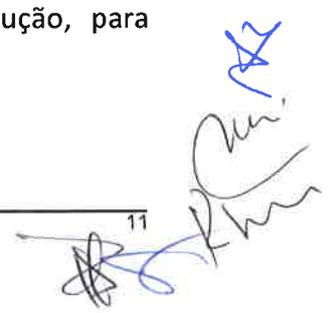
A Lusa prosseguiu, em 2013, a afirmação da sua presença em instituições internacionais de que faz parte: EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora); AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies; EANA – European Alliance of News Agencies; Minds International (de que a Lusa é acionista fundadora); e IPTC – International Press Telecommunications Council.

A11 – Inovação/Modernização

No âmbito da inovação/modernização, na área Multimédia, a Agência criou novas aplicações móveis para iOS e Android, para funcionamento tanto em equipamentos *smartphone* como *tablet*. As aplicações deverão ser lançadas no mercado no primeiro trimestre de 2014, sendo que permitirão a subscrição por parte dos utilizadores finais, a partir das lojas da Apple e do Google, bem como a incorporação de publicidade.

Ao nível de projetos europeus, de salientar a finalização com sucesso do projeto *Puzzled-by-Policy*, cofinanciado pela Comissão Europeia (CE), com a duração de 3 anos. Este projeto teve como objetivo a *e-democracia*, em particular através do alargamento da discussão sobre temas de migração e emigração em todos os países europeus, com o uso de plataformas eletrónicas específicas. A Lusa foi responsável pela disseminação do projeto e dos seus resultados.

Ainda na área dos projetos europeus, com a finalização do projeto *Europhoto* em 2012, durante o ano de 2013 foi possível fazer o carregamento na plataforma europeia Europeia das 150.000 imagens digitalizadas pelo projeto, bem como do restante arquivo histórico já digitalizado das nove agências noticiosas participantes. Esta plataforma permitirá a comercialização destas imagens em alta resolução, para profissionais.



A Lusa manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.

No campo da modernização tecnológica, prosseguiu-se à atualização dos computadores pessoais dos jornalistas para uso de novo ambiente de trabalho (com sistema operativo Windows 7 e Office 2010), iniciando assim a descontinuidade de Windows XP e de versões de Office anteriores.

Através de concurso público, foi adjudicado contrato e iniciada a implementação de um novo projeto de *outsourcing* que incluirá várias melhorias nas plataformas e operações da Lusa, nomeadamente nas capacidades das suas redes, funcionalidades de trabalho em equipa e segurança, simultaneamente com uma redução significativa do custo para a empresa. Foram ainda migradas as placas de comunicação dados móveis, da tecnologia 3G para 4G.

A12 – Investimento

O investimento em 2013 atingiu 248 mil euros, o que representou um decréscimo de 15,5% em relação ao período homólogo, sendo essencialmente aplicado em equipamento informático, multimédia e de fotografia, no desenvolvimento do sistema de produção e difusão do serviço Lusa.

A13 – Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., no ano de 2013 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 14,6 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 5,2 milhões de euros (-26,3%) relativamente a 2012, resultante, sobretudo, da redução observada nas prestações de serviços, por via da diminuição de 4,9 milhões de euros (-31,3%) no valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público e da redução no valor global das outras prestações de serviços (-307 mil euros).



Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 15,7 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 3,7 milhões de euros (-18,9%) em relação ao período homólogo, como resultado das seguintes variações:

- Decréscimo de 458 mil euros (-10,7%) nos fornecimentos e serviços externos, fundamentalmente como resultado da diminuição registada nos gastos com deslocações e estadas, rendas e alugueres, serviços de agências noticiosas, comunicações e correspondentes e colaboradores;
- Redução de 609 mil euros (-5,2%) nos gastos com o pessoal, sobretudo pela conjugação entre o aumento decorrente da revogação da suspensão do pagamento dos subsídios de Natal e de férias e a diminuição resultante da implementação, no decurso do último trimestre de 2012, do Programa de Saídas Voluntárias;
- Diminuição de 257 mil euros nas perdas por imparidade, por via da redução dos ajustamentos relativos a dívidas de clientes e outros devedores;
- Decréscimo de 2,3 milhões de euros nos outros gastos e perdas, pelo facto de, em 2012, se ter procedido ao desreconhecimento de ativos (dívidas reclamadas judicialmente ao Estado, no montante de 1,6 milhões de euros) e à anulação de faturação a entidades institucionais (582 mil euros).

Resultados

O resultado líquido foi negativo e na ordem de 1.018 mil euros, por efeito de:

	(milhares de euros)		
RESULTADOS	2013	2012	VAR.
Operacionais	-1.077	533	-1.610
Financeiros	-22	-84	62
Antes de impostos	-1.099	449	-1.548
Líquidos	-1.018	261	-1.278

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 13,6 milhões de euros, registou uma redução de 637 mil euros em relação a 31 de dezembro de 2012, explicada essencialmente pela interação entre a diminuição de 1,2 milhões de euros nas disponibilidades (depósitos a prazo) e o aumento de 717 mil euros no ativo não corrente, resultante da avaliação realizada aos imóveis da empresa no final do ano.

O capital próprio evidenciou um decréscimo de 640 mil euros por via do resultado líquido negativo do exercício, que não compensa o aumento verificado nos resultados transitados e nos excedentes de revalorização, decorrente da avaliação acima referida.

A redução evidenciada pelo passivo, na ordem de 3 mil euros, é explicada pelo efeito conjugado entre:

- O aumento de 80 mil euros no passivo não corrente, resultante do acréscimo de 340 mil euros registado nos passivos por impostos diferidos, que absorveu as diminuições ocorridas em provisões e financiamentos obtidos, de 85 mil euros e 175 mil euros, respetivamente; e
- O decréscimo de 78 mil euros nas dívidas a terceiros, que é explicado pelas diminuições observadas em dívidas a fornecedores, Estado e outros entes públicos e endividamento bancário, no montante global de 561 mil euros, e pelo aumento de 484 mil euros em outras contas a pagar, essencialmente por via do crescimento em credores por acréscimos de gastos.

(milhares de euros)			
BALANÇO	2013	2012	VAR.
Ativo não corrente	9.667	8.950	717
Inventários	0	26	-26
Dívidas de terceiros	1.800	1.930	-131
Diferimentos	384	359	25
Caixa e depósitos bancários	1.779	3.001	-1.222
TOTAL DO ACTIVO	13.630	14.267	-637
CAPITAL PRÓPRIO	6.201	6.841	-640
PASSIVO:	7.429	7.426	3
Passivo não corrente	4.015	3.934	80
Dívidas a terceiros	3.342	3.420	-78
Diferimentos	72	72	0
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	13.630	14.267	-637

Principais indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)</i>	2013	2012	$\Delta\%$ 13/12
Proveitos operacionais	14.556	19.773	-26
EBITDA	-626	957	n.a.
Resultado operacional	-1.077	533	n.a.
Resultado líquido	-1.018	261	n.a.
Resultado líquido por acção (euro)	-0,48	0,12	n.a.
VAB	10.409	15.139	-31
Investimento	248	294	-16
Margem EBITDA	-4%	5%	n.a.
Margem Operacional	-7%	3%	n.a.
Margem Líquida	-7%	1%	n.a.
VAB / Efectivo médio (euro)	46.889	63.609	-26
Activo líquido	13.630	14.267	-4
Capital próprio	6.201	6.841	-9
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	-16%	4%	n.a.
Liquidez Geral	116%	152%	- 36 p.p.
Autonomia Financeira	45%	48%	- 3 p.p.
Solvabilidade	83%	92%	- 9 p.p.
Cobertura do imobilizado	106%	120%	- 14 p.p.
Recursos humanos	2013	2012	$\Delta\%$ 13/12
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	264	267	-1,1
Jornalistas	177	179	-1,1
Assessores	3	3	-
Técnicos Superiores	12	12	-
Assistentes Administrativos	26	27	-3,7
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	3	3	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	12	11	9,1
Pré-reformados	30	31	-3,2
Efectivo médio ao serviço	222	238	-6,7
Produção de notícias	2013	2012	$\Delta\%$ 13/12
Áudio	12.721	12.798	-0,6
Conteúdos mistos	33.641	28.558	17,8
Fotos	45.631	53.036	-14,0
Gráficos	106	96	10,4
Notícias texto	123.660	133.543	-7,4
Outros conteúdos texto	6.866	6.921	-0,8
Vídeos	6.607	8.500	-22,3
SMS	2.044	2.664	-23,3
Total	231.276	246.116	-6,0

Pendências judiciais

À data de 31 de dezembro de 2013, existiam pendentes os seguintes processos judiciais:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, incluindo juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau;
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, respetivamente, nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros. Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo, onde corre termos;
- c) No Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa, o processo n.º 3060/08.2TVLSB, uma ação proposta por Carlos de Oliveira Marneffe Garçêz e outro(s) contra a Lusa, com fundamento na alegada violação de direitos de autor por parte da última, no montante de 30.001,00 euros.



A14 – Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	7	1.493.641,23	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	7	6.845.056,09	6.013.419,33
Equipamento básico	7	344.095,56	223.161,78
Equipamento de transporte	7	18.000,64	0,00
Equipamento administrativo	7	4.594,38	10.627,96
Ferramentas e utensílios	7	0,00	33,50
Novos projetos	7	117.823,31	197.457,51
Outros não especificados	7	1.116,20	1.631,13
Subtotal ativos fixos tangíveis		8.824.327,41	8.241.494,88
Ativos fixos tangíveis em curso	7	96.815,00	155.703,45
Ativos intangíveis			
Trespasse (<i>goodwill</i>)	6	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	6	0,00	0,00
Programas de computador	6	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Subtotal ativos intangíveis		0,00	0,00
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial			
Sucursal do Brasil		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	8	140.000,14	140.000,14
IPPS-IUL	8	10.000,00	10.000,00
Subtotal participações financeiras - outros métodos		150.000,14	150.000,14
Ativos por impostos diferidos	5	596.022,33	402.769,67
Total do ativo não corrente		9.667.164,88	8.949.968,14
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9	0,00	26.087,72
Sub- produtos, desperdícios, resíduos e refugos	9	0,00	0,00
Subtotal inventários		0,00	26.087,72
Clientes			
Clientes c/c	10	1.381.139,43	1.597.314,77
Clientes - títulos a receber	10	0,00	0,00
Clientes - cobrança duvidosa	10	49.481,79	6.962,09
Subtotal clientes		1.430.621,22	1.604.276,86
Adiantamentos a fornecedores	11	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	98.900,92	59.130,45
Pagamentos por conta	11	28.601,08	0,00
Retenções efetuadas por terceiros	11	7.354,78	0,00
Imposto a recuperar	11	0,00	0,00
IVA	11	5.772,09	7.907,89
Outras contribuições	11	0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		140.628,87	67.038,34
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	11	1.549,41	1.604,10
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11	0,00	0,00
Pessoal	11	29.346,48	37.486,03
Outros devedores de cobrança duvidosa	11	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	21.749,58	8.570,25
Outros devedores diversos	11	175.843,41	211.372,77
Subtotal outras contas a receber		228.488,88	259.033,15
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	384.089,21	359.427,76
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	286.188,62	226.037,35
Outros	4	1.486.000,00	2.770.000,00
Caixa	4	7.018,29	4.851,30
Subtotal caixa e depósitos bancários		1.779.206,91	3.000.888,65
Total do ativo corrente		3.963.035,08	5.316.752,48
TOTAL DO ATIVO		13.630.199,96	14.266.720,62

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2013	2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5.325.000,00	5.325.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas			
Reservas legais	12	411.331,68	398.306,33
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12	442.673,21	11.070,04
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de reaval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	1.542.856,56	1.008.288,31
Impostos diferidos	12	(503.906,04)	(163.868,47)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12	1.238,83	1.587,72
Resultado líquido do período		7.219.194,24	6.580.383,93
		(1.017.804,49)	260.507,00
Total do capital próprio		6.201.389,75	6.840.890,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	2.858.641,09	2.943.641,09
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	533.333,28	816.666,69
Locações financeiras	15	118.661,86	10.175,90
Subtotal financiamentos obtidos		651.995,14	826.842,59
Passivos por impostos diferidos	16	503.906,04	163.868,47
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		4.014.542,27	3.934.352,15
Passivo corrente			
Fornecedores	14	396.228,40	520.088,32
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	107.841,94	61.327,69
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	161.128,51	140.096,09
IVA	16	439.711,50	916.476,11
Outros impostos (imposto do selo)		0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	16	186.913,47	184.091,61
Tributos das autarquias locais	16	1.232,04	12.337,18
Outras tributações		0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		896.827,46	1.314.328,68
Acionistas/sócios	16	0,00	0,00
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	283.333,40	366.666,67
Descobertos bancários		0,00	0,00
Locações financeiras	15	84.421,31	21.064,30
Outros financiadores		0,00	0,00
Subtotal financiamentos obtidos		367.754,71	387.730,97
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	40.423,26	217.005,57
Credores por acréscimos de gastos	16	1.532.765,04	861.694,40
Pessoal	16	325,12	4.660,04
Outros credores diversos	16	107.815,09	114.289,25
Subtotal outras contas a pagar		1.681.328,51	1.197.649,26
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	72.128,85	71.680,30
Total do passivo corrente		3.414.267,94	3.491.477,53
Total do passivo		7.428.810,21	7.425.829,68
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		13.630.199,96	14.266.720,62

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	20	10 700 000,00	15 567 165,71
Outras	20	3 611 134,18	3 918 068,20
Subtotal vendas e serviços prestados		14 311 134,18	19 485 233,91
Subsídios à exploração	21	20 693,67	96 351,09
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(89 335,59)	(75 820,94)
Fornecimentos e serviços externos	23	(3 812 392,47)	(4 270 539,62)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(122 182,52)	(106 777,28)
Remunerações do pessoal	24	(8 636 640,15)	(7 851 803,79)
Encargos sociais e outros	24	(2 270 688,36)	(3 679 684,60)
Subtotal gastos com o pessoal		(11 029 511,03)	(11 638 265,67)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/21	456,51	(206 144,95)
Outros devedores	17.1/21	0,00	(80 066,94)
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		456,51	(286 211,89)
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/21	59 380,82	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	21	14 744,78	14 642,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	21	0,00	14 349,43
Ganhos em inventários	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	21	0,00	0,00
Sinistros	21	1 518,06	10 036,93
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Excesso de estimativa para impostos	21	0,00	0,00
Descontos	21	40 072,43	39 222,96
Diferenças de câmbio favoráveis	21	6 685,49	17 486,73
Reembolsos diversos	21	5 679,43	9 439,34
Diversos	21	50 915,44	86 409,20
Diferenças de conversão favoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros rendimentos e ganhos		119 615,65	191 587,35
Outros gastos e perdas			
Impostos	21	(49 778,14)	(109 785,44)
Dívidas Incobráveis	21	0,00	(41 224,62)
Perdas em Inventários	21	(7 297,90)	0,00
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações		(44,72)	0,00
Sinistros	21	0,00	(0,95)
Abates	21	(575,48)	(254,00)
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Donativos	21	0,00	(400,00)
Quotizações	21	(7 637,61)	(10 425,66)
Ofertas e amostras de inventários		0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	21	(127,67)	0,00
Perdas em investimentos financeiros		0,00	0,00
Despesas não documentadas	21	(10 090,92)	(441,28)
Outros não especificados			
Serviços bancários	21	(100 000,21)	(100 935,66)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	(16 808,75)	(24 642,80)
Subsídios de alimentação de estagiários	21	0,00	0,00
Multas e penalidades	21	(5 575,03)	(3 775,58)
Diversos	21	(7 635,02)	(2 253 563,77)
Diferenças de conversão desfavoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros gastos e perdas		(205 571,45)	(2 545 449,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(625 529,71)	956 894,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	21	(451 462,23)	(424 011,87)
Ativos intangíveis	21	0,00	0,00
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(451 462,23)	(424 011,87)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 076 991,94)	532 872,60
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	39 873,31	33 683,35
Outros	25	509,49	348,10
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		40 382,80	34 031,45
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	(207,53)	(36 255,51)
Médio e longo prazo	25	(55 088,68)	(78 805,43)
Com leasing	25	(6 922,81)	(2 475,42)
Com outros financiamentos	25	0,00	0,00
Subtotal juros e gastos similares suportados		(62 219,02)	(117 536,36)
Resultado antes de impostos		(1 098 828,16)	449 367,69
Imposto sobre o rendimento do período	5	81 023,67	(188 860,69)
Resultado líquido do período		(1 017 804,49)	260 507,00

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	14.311.134,18	19.485.233,91
Custos das vendas e dos serviços prestados		(10.564.378,57)	(10.367.788,81)
Resultado bruto		3.746.755,61	9.117.445,10
Outros rendimentos	21	244.424,77	288.226,04
Gastos de distribuição		(576.363,73)	(1.108.214,10)
Gastos administrativos		(2.072.093,89)	(1.707.954,85)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos (i)		(2.419.714,70)	(6.056.629,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		(1.076.991,94)	532.872,60
Gastos de financiamento (líquidos)	25	(21.836,22)	(83.504,91)
Resultado antes de impostos		(1.098.828,16)	449.367,69
Imposto sobre o rendimento do período	5	81.023,67	(188.860,69)
Resultado líquido do período		(1.017.804,49)	260.507,00
Resultados por ação	26	(0,48)	0,12

(i) Inclui os gastos com as indemnizações dos trabalhadores que aderiram ao "Programa de Saídas Voluntárias", no montante de 235.097,56.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2012		5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	512.849,52	6.580.678,96
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						(295,03)		(295,03)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					(100.127,60)			(100.127,60)
Ajustamentos de reexpressão								
Ajustamentos de excedentes de revalorização				4.406,26	(4.406,26)			
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			30.648,88		582.328,26		(512.849,52)	100.127,60
		5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72		6.580.383,93
Resultado líquido do período							260.507,00	260.507,00
Resultado integral		5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00	6.840.890,93
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Distribuições								
Outras operações								
Saldo em 31/12/2012	12	5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00	6.840.890,93

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	12	5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00		6.840.890,93
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						(348,89)			(348,89)
Ajustamentos de reexpressão									
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12			534.568,25					534.568,25
Ajustamentos por impostos diferidos	5			(340.037,57)	184.121,52				(155.916,05)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			13.025,35		247.481,65		(260.507,00)		0,00
		5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83			7.219.194,24
Resultado líquido do período							(1.017.804,49)		(1.017.804,49)
Resultado integral		5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	(1.017.804,49)		6.201.389,75
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital									
Distribuições									
Outras operações									
Saldo em 31/12/2013	12	5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	-1.017.804,49	0,00	6.201.389,75

A Técnica Oficial de Contas,

Roberto P. Duarte Silva

O Conselho de Administração,

[Assinatura]

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2013	2012
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	14.527.758,07	20.044.373,99
Pagamentos a fornecedores	14	(4.075.530,42)	(4.857.145,27)
Pagamentos ao pessoal	16	(10.307.071,68)	(11.680.864,14)
Fluxos gerados pelas operações		145.155,97	3.506.364,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	16	(129.699,24)	30.811,89
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	11/16	(604.600,64)	(1.281.735,91)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		(589.143,90)	2.255.440,56
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	1.822,39	11.354,64
Ativos intangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares	25	47.897,14	25.461,20
Dividendos		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	-	-
Ativos fixos tangíveis	7	(424.865,74)	(170.344,47)
Ativos intangíveis		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(375.146,21)	(133.528,63)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	13	229.920,98	1.000.000,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	-
Subsídios e doações		-	86.351,09
Venda de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(366.666,68)	(1.358.333,32)
Amortização de contratos de locação financeira	15	(58.078,01)	(63.704,38)
Juros e gastos similares	25	(62.219,02)	(117.536,36)
Dividendos		-	-
Redução de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisição de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		(257.042,73)	(453.222,97)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.221.332,84)	1.668.688,96
Efeito das diferenças de câmbio		(348,90)	(295,03)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.000.888,65	1.332.494,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.779.206,91	3.000.888,65

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto – Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2013, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros, com arredondamento ao cêntimo, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 28 de fevereiro, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia-geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

As demonstrações financeiras anexas não se encontram afetadas por qualquer aspeto material suscetível de afetar a sua comparabilidade com o exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, e respetivas vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se espelhado na Nota 7.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Inventários

No exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, compostas maioritariamente por economato, que passaram a ser reconhecidas como gasto no exercício em que ocorre a sua aquisição.

3.1.6. Instrumentos financeiros

3.1.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.6.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.6.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.7. Imparidade de dívidas a receber

Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança (Nota 17.1.).

3.1.8. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.9. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.10. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

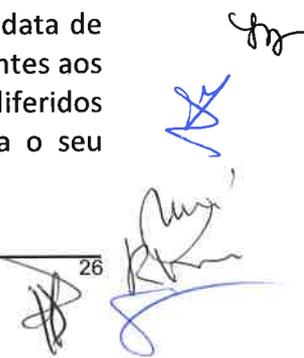
3.1.11. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu



registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2013	2012
Janeiro	0,3704664	0,4332005
Fevereiro	0,3794490	0,4399666
Março	0,3891959	0,4224043
Abril	0,3837299	0,4097521
Maiο	0,3785871	0,3943684
Junho	0,3494915	0,3897420
Julho	0,3396970	0,4013807
Agosto	0,3208213	0,3972984
Setembro	0,3295436	0,3836415
Outubro	0,3348962	0,3797516
Novembro	0,3230078	0,3771877
Dezembro	0,3113616	0,3667840
Taxa de fecho	0,3113616	0,3667840
Taxa média do ano	0,3508539	0,3996232

3.1.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso e os seus montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

3.1.14. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

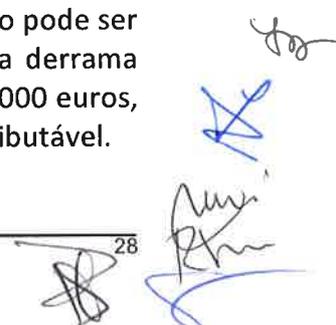
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa (dinheiro em caixa)	7.018,29	4.851,30
Depósitos à ordem	286.188,62	226.037,35
Depósitos a prazo	1.486.000,00	2.770.000,00
Total de caixa e seus equivalentes	1.779.206,91	3.000.888,65

5. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, inferior a 1.500.000 euros, não há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor do lucro tributável.



Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento Fiscal adotado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração fiscal, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2013 os prejuízos fiscais relativos ao exercício de 2011 ascendiam a 1.481.488 euros, reportáveis até ao exercício de 2015. Os prejuízos fiscais relativos ao exercício de 2013 foram de 1.003.434 euros e são reportáveis até ao exercício de 2018.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.11., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base

no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores, bem como no presente exercício, que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	(1.098.828,16)
Taxa nominal de imposto (i)	-

Débito de imposto esperado	(291.189,46)
Diferenças permanentes (ii)	87.681,30
Ajustamentos à colecta (iii)	122.484,49
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>(81.023,67)</u>
Imposto corrente (Nota 16)	122.484,49
Ajustamentos relacionados c/alteração da taxa de imposto diferido (iv)	(51.697,63)
Imposto diferido gerado no exercício	<u>(151.810,53)</u>
	<u>(81.023,67)</u>

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2012 aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2013, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	5.575,03
Outras situações, líquidas	<u>325.297,81</u>
	330.872,84
Taxa nominal de imposto	26,50%
	<u>87.681,30</u>

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

(iv) Em 2014 a taxa de IRC passa a ser de 23%, podendo ser incrementada até 1,5% pela aplicação da derrama.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos (a)	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	370 371,93	(49 698,43)	250 858,46	571 531,96
Imparidades não aceites fiscalmente	32 397,74	(1 999,20)	(5 908,17)	24 490,37
	402 769,67	(51 697,63)	244 950,29	596 022,33
Impostos diferidos passivos:				
Excedentes de revalorização	163 868,48	350 293,06	(10 255,50)	503 906,04

(a) Incui:

- Prejuízos fiscais reportáveis: Alteração da taxa de imposto de 25% para 23%;
- Imparidades não aceites fiscalmente: Alteração da taxa de imposto de 26,5% para 24,5%;
- Excedentes de revalorização à taxa de imposto de 24,5%.

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de 633.757,75 euros encontram-se totalmente amortizados.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2012	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1 795 163,67	8 180 349,15	4 485 590,36	269 101,77	7 586,60	484 469,45	2 768 172,77	46 000,00	18 036 433,77
Aquisições	-	-	73 424,22	-	-	1 185,31	63 564,12	155 703,45	293 877,10
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	(5 163,40)	-	-	(4 912,66)	(4 921,74)	(46 000,00)	(60 997,80)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1 795 163,67	8 180 349,15	4 553 851,18	269 101,77	7 586,60	480 742,10	2 826 815,15	155 703,45	18 269 313,07
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1 995 938,82)	(4 245 000,97)	(264 086,57)	(7 486,10)	(470 730,75)	(2 513 219,03)	-	(9 495 462,23)
Reforços	-	(170 991,00)	(125 504,46)	(5 015,20)	(67,00)	(4 296,04)	(118 138,17)	-	(424 011,87)
Regularizações por revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	-	39 816,03	-	-	4 912,65	3 630,69	-	48 359,37
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(2 166 929,82)	(4 330 689,40)	(269 101,77)	(7 553,10)	(470 114,14)	(2 627 726,51)	-	(9 872 114,74)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	1 795 163,67	6 013 419,33	223 161,78	-	33,50	10 627,96	199 088,64	155 703,45	8 397 198,33

O aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico. O aumento verificado em “Equipamento de transporte” resultou da aquisição de uma viatura para a delegação de Bissau.

31 de dezembro de 2013	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1 795 163,67	8 180 349,15	4 553 851,18	269 101,77	7 586,60	480 742,10	2 826 815,15	155 703,45	18 269 313,07
Aquisições	-	-	111 614,27	19 200,67	-	1 758,16	18 895,33	96 815,00	248 283,43
Revalorizações	(171 116,03)	1 396 753,15	-	-	-	-	-	-	1 225 637,12
Transferências e abates	(130 406,41)	130 406,41	(32 502,31)	(152,67)	(147,59)	(64 949,03)	(1 020,62)	(155 703,45)	(254 475,67)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1 493 641,23	9 707 508,71	4 632 963,14	288 149,77	7 439,01	417 551,23	2 844 689,86	96 815,00	19 488 757,95
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(2 166 929,82)	(4 330 689,40)	(269 101,77)	(7 553,10)	(470 114,14)	(2 627 726,51)	-	(9 872 114,73)
Reforços	-	(198 830,95)	(148 142,09)	(1 200,03)	(33,50)	(4 211,20)	(99 044,46)	-	(451 462,23)
Regularizações por revalorizações	-	(457 569,98)	-	-	-	-	-	-	(457 569,98)
Regularizações por alien., transf. e abates	-	(39 121,87)	189 963,91	152,67	147,59	61 368,49	1 020,62	-	213 531,41
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2 862 452,62)	(4 288 867,58)	(270 149,13)	(7 439,01)	(412 956,85)	(2 725 750,35)	-	(10 587 615,54)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	1 493 641,23	6 845 056,09	344 095,56	18 000,64	-	4 594,38	118 939,51	96 815,00	8 921 142,41

A Lusa adota, na mensuração dos imóveis integrados no ativo fixo tangível, o método da revalorização.

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o edifício da sede.

Relativamente ao exercício de 2013 procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

São os seguintes os imóveis da Lusa:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I), distribuídas por 9 andares;
- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72ª (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Timor – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli.

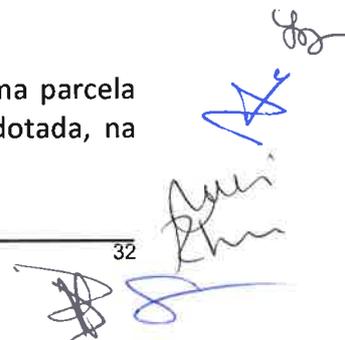
Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao Edifício Lusa, em Lisboa:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

Com base em relatório de avaliação do Edifício Lusa, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de 6.566.175,00 euros, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013, foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na



repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subseqüentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);

- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

De tudo resulta a seguinte expressão contabilística do imóvel Edifício Lusa, em Lisboa, relativamente a 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para 211.164,70 euros (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de 815.867,96 euros, incluindo uma parte realizada de 235.199,45 euros) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em 39.641,49 euros (163.868,47 euros no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

O valor do imóvel de Macau estava registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dados os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente.

De referir que o terreno é propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não traduzindo qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo era do terreno. De facto, como já foi referido, o valor do imóvel é apenas o da edificação, pelo que no presente exercício se efetuou a correspondente reclassificação de terreno para edifícios, tendo-se reajustado as depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados, naturalmente, imaterial.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Macau:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
01-01-1998	521.625,62	521.625,62	156.487,69	365.137,93

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel da sede:

- O novo valor, de 1.598.918,22 de euros, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação dado exercício de 2013, foi, assim, determinado com base no novo o valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Macau, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
2.284.168,88	685.250,66	1.598.918,22	45.683,38	1.553.234,84

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 1.198.529,42 euros e um passivo por impostos diferidos de 423.186,64 euros.

O valor do edifício de Díli estava, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Díli:

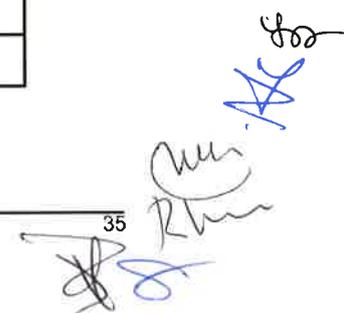
Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação é de 496.778,31 euros, conversão do montante de 680.785,00 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de 124.343,26 euros, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de 372.435,06 euros para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Díli, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74



Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 133.162,44 euros e um passivo por impostos diferidos de 41.077,91 euros.

Os valores respeitantes aos imóveis ficaram, deste modo, em 31 de dezembro de 2013, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.028.107,60	4.928.716,51	6.422.357,74	211.164,70	39.641,49
Macau	0,00	2.284.168,88	730.934,04	1.553.234,84	1.553.234,84	1.198.529,42	423.186,64
Dili	0,00	466.515,73	103.410,99	363.104,74	363.104,74	133.162,44	41.077,91
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	2.862.452,63	6.845.056,09	8.338.697,32	1.542.856,56	503.906,04

Como garantia do integral cumprimento dos empréstimos contraídos junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A. e do Banco Popular Portugal, S.A. (nota 13.), a Empresa constituiu hipotecas do imóvel que detém em Macau e das frações autónomas “B”, “C”, “D”, “E” e “F” do edifício sede da Empresa, respetivamente.

8. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, registaram os seguintes movimentos:

31 de dezembro de 2013

Saldo em 31 de dezembro de 2012 (a)
Saldo em 31 de dezembro de 2013

Investimentos em outras empresas	
	<u>150.000,14</u>
	<u>150.000,14</u>

(a) Participações no capital da EPA e do IPPS

31 de dezembro de 2012

Saldo em 31 de dezembro de 2011
Saldo em 31 de dezembro de 2012

Investimentos em outras empresas	
	<u>140.000,14</u>
	<u>150.000,14</u>

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 20.000 euros (vinte mil euros) cada, que representa 1,89% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros).

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo tinha o seguinte detalhe:

	2013	2012
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		
Existências iniciais	26.087,72	23.617,90
Compras	63.247,87	78.290,76
Consumos	(89.335,59)	(75.820,94)
Ajustamentos	-	-
Existências finais	-	26.087,72

De acordo com o referido na nota 3.1.5., no exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, que passaram a ser reconhecidas como custo do exercício em que ocorre a sua aquisição.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	1.381.139,43	-	1.381.139,43	1.597.314,77	-	1.597.314,77
Clientes - cobrança duvidosa	1.375.182,55	(1.325.700,76)	49.481,79	1.333.119,36	(1.326.157,27)	6.962,09
	<u>2.756.321,98</u>	<u>(1.325.700,76)</u>	<u>1.430.621,22</u>	<u>2.930.434,13</u>	<u>(1.326.157,27)</u>	<u>1.604.276,86</u>

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17..

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2013	2012
Outros ativos não correntes:		
Ativos por impostos diferidos	596.022,33	402.769,67
Outros ativos correntes:		
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	134.856,78	59.130,45
IVA	5.772,09	7.907,89
Outras contribuições	-	-
Fornecedores c/c	1.549,41	1.604,10
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	29.346,48	37.486,03
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	21.749,58	8.570,25
Outros devedores diversos	175.843,41	211.372,77
Gastos a reconhecer	384.089,21	359.427,76
	<u>1.349.229,29</u>	<u>1.088.268,92</u>
(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos especiais por conta	98.900,92	59.130,45
Pagamentos por conta	28.601,08	-
Retenções na fonte	7.354,78	-
	<u>134.856,78</u>	<u>59.130,45</u>

12. Capital próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2013:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	50,14	2.670.000,00
CONTROLINVESTE CONTEÚDOS, S.A.	23,36	1.243.550,00
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis: No decurso do exercício, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de 1.542.856,56 euros.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	2013		2012	
	Valor de balanço			
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (a)	83.333,40	-	166.666,67	83.333,37
Banco Popular, S.A. (b)	200.000,00	533.333,28	200.000,00	733.333,32
	<u>283.333,40</u>	<u>533.333,28</u>	<u>366.666,67</u>	<u>816.666,69</u>

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A., com sede em Macau, para a gestão corrente dos negócios. Em 31 de dezembro de 2012, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1,5%, com reembolso em seis prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2013 e a última em junho de 2014. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca do imóvel que detém em Macau.
- (b) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A. para consolidação da dívida junto do sistema financeiro nacional. Em 31 de dezembro de 2012 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida

de uma margem de 6%, com reembolso em 56 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2013 e a última em agosto de 2017. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca sobre as frações autónomas “B”, “C”, “D”, “E” e “F”, do edifício sede da Empresa, no valor de 1.500.000 euros.

Para além dos empréstimos anteriormente descritos, a Empresa contratou com o Banco BPI, S.A. e com o Banco Popular Portugal, S.A., contas correntes caucionadas que vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares, com os montantes de até 3.500.000 euros e de até 500.000 euros, renováveis por períodos de três meses e um ano, respetivamente. É convicção do Conselho de Administração que estas linhas de crédito continuarão a ser renovadas no futuro.

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na Nota 25.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores	396.228,40	520.088,32
Fornecedores de investimentos	<u>40.423,26</u>	<u>217.005,57</u>
	<u>436.651,66</u>	<u>737.093,89</u>

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 203.083,17 euros, que se vencem como se segue:

	Capital	Juros	Total
2014	<u>84.421,23</u>	<u>8.165,24</u>	<u>92.586,47</u>
2015	78.390,52	3.877,71	82.268,23
2016	<u>40.271,42</u>	<u>807,50</u>	<u>41.078,92</u>
	<u>203.083,17</u>	<u>12.850,45</u>	<u>215.933,62</u>

Em 31 de dezembro de 2013 os contratos de locações financeiras têm o seguinte detalhe:

<u>Contrato N.º</u>	<u>Valor Contrato</u>	<u>Dívida a 31-12-2013</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Dívida a 31-12-2012</u>
BES 2052108	41.963,93	0,00	20-01-2010	20-01-2013	837,29
BES 2053793	9.619,83	0,00	20-05-2010	20-05-2013	1.280,41
BES 2053792	8.163,38	0,00	02-06-2010	02-06-2013	1.316,13
BPC 400103038	52.808,72	10.176,55	25-07-2011	25-07-2014	27.806,36
BPP 540-0713984	9.125,00	6.269,80	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0713993	10.250,00	7.042,76	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0713994	9.125,00	6.269,80	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0713995	14.500,00	9.962,79	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0713997	10.250,00	7.042,76	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0713998	10.044,00	6.901,24	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0713999	9.425,00	6.475,92	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0714000	9.606,00	6.600,28	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0714001	9.425,00	6.475,92	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0714002	9.963,00	6.845,58	31-01-2013	31-01-2016	0,00
BPP 540-0725746	36.759,20	33.890,72	18-10-2013	18-10-2016	0,00
BPP 540-0742362	16.448,78	16.031,54	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743453	7.000,00	6.822,44	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743461	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743462	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743463	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743464	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743465	8.000,00	7.797,07	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743466	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743467	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743470	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
BPP 540-0743472	7.500,00	7.309,75	31-12-2013	31-12-2016	0,00
	<u>342.476,84</u>	<u>203.083,17</u>			<u>31.240,19</u>

Em 31 de dezembro de 2013 os contratos de locações operacionais têm o seguinte detalhe:

<u>Contrato N.º</u>	<u>Valor Contrato</u>	<u>Dívida a 31-12-2013</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Dívida a 31-12-2012</u>
028441	29.745,60	0,00	14-09-2009	14-03-2013	814,89
037874	20.016,14	6.138,66	29-11-2011	28-11-2014	12.835,38
040785	19.442,52	14.599,88	02-04-2013	01-04-2016	0,00
041521	17.060,40	13.712,54	30-05-2013	29-05-2016	0,00
201000355701	16.120,89	791,45	26-10-2010	25-02-2014	5.540,17
35363	14.270,21	2.815,12	18-08-2011	16-08-2014	7.641,04
35364	14.270,55	2.815,19	17-08-2011	16-08-2014	7.641,23
4131	18.660,60	17.854,86	13-11-2013	12-11-2016	0,00
201200139502	22.166,52	9.876,60	30-04-2012	29-04-2015	17.284,05
4131	21.978,72	15.094,76	09-01-2013	08-01-2016	0,00
2101313300	17.285,83	5.065,26	13-12-2011	12-12-2014	10.591,00
55032	31.615,20	30.223,58	11-11-2013	10-11-2016	0,00
029563	30.501,58	0,00	10-12-2009	09-03-2013	2.532,97
37875	19.838,13	6.138,66	15-12-2011	14-12-2014	12.835,38
080LLD00186	14.328,34	14.208,36	23-12-2013	22-12-2016	0,00
39601	38.449,65	0,00	13-08-2010	12-08-2013	10.516,92
2101257800	13.311,43	3.245,40	30-09-2011	29-09-2014	7.572,60
2101257900	13.323,32	3.245,40	01-10-2011	30-09-2014	7.572,60
200900388301	16.974,48	0,00	08-02-2010	07-05-2013	2.031,15
201200139501	18.646,14	8.306,36	30-04-2012	29-04-2015	14.536,13
201000492501	17.372,50	773,74	20-10-2010	19-02-2014	5.416,15
2101313400	18.532,55	6.082,53	03-01-2012	02-01-2015	12.165,06
201000492401	16.545,20	1.917,87	14-12-2010	13-06-2014	6.520,75
037876	20.127,39	6.138,66	29-11-2011	28-11-2014	12.835,38
	<u>480.583,89</u>	<u>169.044,88</u>			<u>156.882,85</u>

16. Outros passivos não correntes e correntes

	2013	2012
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos	503.906,04	163.868,47
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	107.841,94	61.327,69
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	161.128,51	140.096,09
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	439.711,50	916.476,11
Contribuições para a segurança social	186.913,47	184.091,61
Tributos das autarquias locais	1.232,04	12.337,18
Acionistas/sócios	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.294.593,87	737.520,52
Outros acréscimos de gastos	238.171,17	124.173,88
Pessoal	325,12	4.660,04
Outros credores diversos	107.815,09	114.289,25
Rendimentos a reconhecer	72.128,85	71.680,30
	<u>2.609.861,57</u>	<u>2.366.652,67</u>
(a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:		
Estimativa de imposto do ano (Nota 5.)	122.484,49	108.559,30
Pagamentos especiais por conta	-	(19.670,32)
Retenções na fonte	(14.642,55)	(27.561,28)
	<u>107.841,94</u>	<u>61.327,69</u>

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

<u>31 de dezembro de 2013:</u>		
		Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(1.406.511,81)
Reforços (a)		(29.278,12)
Anulação/regularização		29.734,63
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>(1.406.055,30)</u>
<u>31 de dezembro de 2012:</u>		
		Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(1.120.299,92)
Reforços		(286.499,49)
Anulação/regularização		287,60
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>(1.406.511,81)</u>
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:		
Dívidas de clientes		(29.278,12)
Outros devedores		-
		<u>(29.278,12)</u>

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2013 encontra-se a decorrer uma ação interposta por terceiros contra a Empresa, no valor de 30.001 euros, cujo desfecho não é conhecido à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração

e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessa ação venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Nota 17.3.).

Em 31 de dezembro decorria uma ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, e uma impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, respetivamente nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros, nos termos descritos em “Pendências Judiciais” a páginas 21 deste relatório.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2013:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.943.641,09	15.000,00	(100.000,00)	2.858.641,09

31 de dezembro de 2012:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.943.641,09	-	-	2.943.641,09

Os valores registados na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destinam-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso (processo judicial do IVA de 2001 e 2002 - cfr. Nota 17.2.).

Estas provisões foram determinadas com base no julgamento que o Conselho de Administração fez dos respetivos processos e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	17.945,28
Direção-Geral dos Impostos (a)	3.710.950,00
	<u>3.728.895,28</u>

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 5. e Notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.6.3. e Nota 13.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.



19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	2013	2012
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	1.799.738,97	1.930.348,36
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	1.779.206,91	3.000.888,65
	<u>3.578.945,87</u>	<u>4.931.237,00</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	(816.666,68)	(1.183.333,36)
Loações financeiras	(203.083,17)	(31.240,20)
Contas a pagar a terceiros	(2.974.384,38)	(3.032.066,26)
	<u>(3.994.134,23)</u>	<u>(4.246.639,82)</u>

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as prestações de serviços foram como segue:

	2013	2012
Mercado nacional	13.781.911,89	18.968.452,25
Mercado externo	529.222,29	516.781,66
	<u>14.311.134,18</u>	<u>19.485.233,91</u>

21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2013	2012
Subsídios à exploração	20.693,67	96.351,09
Reversões de ajustamentos (Nota 17.1.)	29.734,63	287,60
Reversões de provisões	74.380,82	-
Rendimentos suplementares	14.744,78	14.642,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	14.349,43
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.518,08	10.036,93
Outros rendimentos e ganhos operacionais	103.352,79	152.558,23
	<u>244.424,77</u>	<u>288.226,04</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JOS', 'RTH', and other illegible marks.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2013	2012
Perdas por imparidade (Nota 17.1.)	29.278,12	286.499,49
Provisões (Nota 17.3.)	15.000,00	-
Impostos	49.778,14	109.785,44
Dívidas incobráveis	0,00	41.224,62
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	620,20	254,95
Perdas em inventários	7.297,90	-
Outros gastos e perdas operacionais (a)	147.875,21	2.394.184,75
Gastos de depreciação e de amortização	451.462,23	424.011,87
	<u>701.311,80</u>	<u>3.255.961,12</u>

(a) O valor de 2.394.184,75 diz respeito essencialmente ao desconhecimento de ativos, efetuado em 2012, conforme quadro seguinte:

Secretaria de Estado da Comunicação Social	43.325,10
IPAD reclamado judicialmente	311.854,26
IPAD não reclamado judicialmente	152.873,82
Radio Ecclesia reclamado judicialmente	49.347,60
Radio Ecclesia não reclamado judicialmente	24.673,80
Subsídio relativo delegações Jacarta, Díli, Macau e Pequim	1.629.204,45
Outros devedores diversos	39.877,87
Total	2.251.156,90

22. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi como segue:

	2013	2012
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Material de telefax	-	-
Material de fotografia	-	-
Material de informática	3.004,61	3.455,61
Material de fotocópia	2.513,57	1.776,73
Material de escritório	15.301,24	3.893,56
Material de limpeza, higiene e conforto	8.636,84	5.533,45
Livros, jornais e outras publicações	58.244,44	59.888,31
Outros materiais	1.634,89	1.273,28
	<u>89.335,59</u>	<u>75.820,94</u>

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

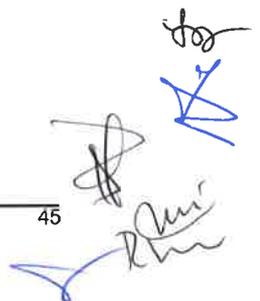
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Trabalhos especializados	589.166,86	613.602,66
Publicidade e propaganda	14.766,14	11.769,68
Vigilância e segurança	92.310,81	90.505,93
Honorários	76.620,40	93.836,04
Conservação e Reparação	257.947,29	252.489,09
Serviço de agências noticiosas	270.093,23	338.456,70
Energia e fluidos	198.348,62	218.624,67
Deslocações, estadas e transportes	277.250,26	386.536,20
Rendas e alugueres	461.902,19	540.816,44
Comunicação	461.371,10	522.672,44
Seguros	51.507,21	54.792,89
Limpeza, higiene e conforto	103.377,07	110.413,74
Correspondentes e colaboradores	877.027,63	936.283,43
Outros	80.703,66	99.739,71
	<u>3.812.392,47</u>	<u>4.270.539,62</u>

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações dos órgãos sociais	122.182,52	106.777,28
Remunerações do pessoal	8.636.640,15	7.851.803,79
Encargos sobre remunerações	1.817.838,28	1.608.176,12
Indemnizações	235.097,56	1.779.495,57
Outros custos com o pessoal	217.752,52	292.012,91
	<u>11.029.511,03</u>	<u>11.638.265,67</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de pessoal ao serviço foi de 222 e 238, respetivamente.



25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Juros e gastos similares suportados:</u>		
Com empréstimos bancários	(55.296,21)	(115.060,94)
Com leasing	(6.922,81)	(2.475,42)
Com outros financiamentos	0,00	0,00
	<u>(62.219,02)</u>	<u>(117.536,36)</u>
<u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>		
De depósitos	39.873,31	33.683,35
Outros	509,49	348,10
	<u>40.382,80</u>	<u>34.031,45</u>
Resultados financeiros	<u>(21.836,22)</u>	<u>(83.504,91)</u>

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o resultado por ação foi como segue:

	2013	2012
Número de ações	2.130.000,00	2.130.000,00
Resultado líquido	(1.017.804,49)	260.507,00
Resultado por ação	(0,48)	0,12

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas no período, com essas mesmas entidades, estão evidenciados no quadro seguinte:

Acionistas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Controlinveste Conteúdos, S.A.	360.915,97	468.955,86	562.950,59	266.921,24
Global Notícias, Publicações	264.144,84	302.051,58	396.909,24	169.287,18
Global Notícias - Ag. Informação Imagem	3.167,25	6.356,64	5.099,58	4.424,31
Rádio Notícias (TSF)	73.999,85	91.113,96	96.778,34	68.335,47
Jornal do Fundão	1.134,24	4.536,96	1.512,32	4.158,88
Diário de Notícias do Funchal	9.487,35	37.949,40	37.949,40	9.487,35
Açormédia	8.982,44	26.947,32	24.701,71	11.228,05
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	145.169,24	452.809,20	476.475,49	121.502,95
Impresa Publishing, S.A.	28.255,86	105.864,84	106.187,10	27.933,60
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, S.A.	101.409,24	304.117,02	329.949,03	75.577,23
Medipress - Soc. Journalist. E Editor., Lda	15.504,14	42.827,34	40.339,36	17.992,12
NP - Notícias de Portugal, CRL	5.075,07	2.717,93	3.195,45	4.597,55
Publico - Comunicação Social, S.A.	5.439,15	63.837,75	53.509,65	15.767,25
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	66.948,21	378.823,80	387.479,83	58.292,18
O Primeiro de Janeiro, S.A.	81.832,79	0,00	0,00	81.832,79
Empresa do Diário do Minho, LDA.	1.558,26	18.699,12	18.699,12	1.558,26
	<u>666.938,69</u>	<u>1.385.843,66</u>	<u>1.502.310,13</u>	<u>550.472,22</u>

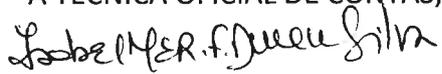
As remunerações do pessoal chave da gestão da empresa estão mencionadas na Nota 24. deste anexo e no ponto VI. - Remunerações do Relatório de Governo Societário.

28. Eventos subsequentes

No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 28 de fevereiro de 2014, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Do mesmo modo, no entendimento do Conselho de Administração, não ocorreram após a data de balanço quaisquer eventos suscetíveis de proporcionar informação adicional justificativa da sua divulgação no presente Anexo.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,



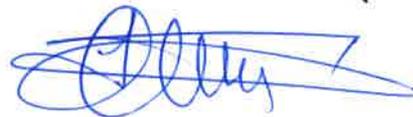
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,











C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o resultado líquido do exercício de 2013, que foi negativo no montante de 1.017.804,49 euros, o Conselho de Administração propõe a transferência para Resultados Transitados.

D – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

D1 – Objetivos de gestão, previstos no art.º 38.º do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Os objetivos de gestão, previstos no art.º 38.º do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro e definidos pelo acionista maioritário e pelo Conselho de Administração, foram cumpridos. A redução do valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado, e a declaração de inconstitucionalidade da suspensão do pagamento do subsídio de férias, que resultou num aumento nos gastos com o pessoal, não permitiu, contudo, a obtenção de um EBITDA e um Resultado líquido positivos.

D2 – Da gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Para financiamento do investimento em ativo fixo, a empresa recorre ao leasing e a empréstimos bancários de MLF. Para financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, a empresa recorre a empréstimos de CP sob a forma de conta corrente caucionada.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			As taxas de juro são as adequadas às características dos financiamentos contratados.
Diversificação de entidades credoras	X			A contratação de qualquer instrumento de financiamento só se concretiza após avaliação da consulta efetuada a pelo menos três entidades presentes no mercado.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Dadas as condições de mercado e as operações realizadas pela Lusa, não se tem justificado a contratação de instrumentos derivados para a gestão de cobertura de riscos.
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Medida prosseguida pela empresa. Em 2012, a empresa contratou um financiamento de médio prazo (60 meses).
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all in cost) da operação	X			Na contratação dos financiamentos necessários, a empresa considera este pressuposto.
Minimização da prestação de garantias reais	X			A empresa procura cumprir esse desiderato. No entanto, em 2012, para a contratação de empréstimo de médio e longo prazo acima mencionado, prestou uma garantia real (hipoteca sobre 5 frações do edifício da sede).
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			A empresa procura fazer a cobertura financeira dos investimentos através dos meios libertados pela atividade operacional.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			A empresa aceita esta opção quando os investimentos a realizar são elegíveis nos programas comunitários existentes. No passado, a empresa já recorreu a estes instrumentos comunitários (ERDF).
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			Em 2013, o investimento realizado foi adquirido com recurso ao auto financiamento e a leasing.
Inclusão nos R&C	X			
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juro suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			A Lusa tem privilegiado sobretudo o auto financiamento, facto pelo qual não tem recorrido a instrumentos de gestão de risco financeiro.
Reflexão nas DF 2013 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:
FC - Fundos comunitários
CP - Capital próprio
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

- Taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	134.560,91	95.547,28	195.935,20	117.536,36	62.219,02
Taxa Média de Financiamento (%)	2,05%	1,50%	5,09%	5,47%	5,56%

- Passivo Remunerado

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	Var. absol.	Var. %
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	826.842,59	651.995,14	-174.847,45	-21,15%
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	387.730,97	367.754,71	-19.976,26	-5,15%
Total Passivo Remunerado	1.214.573,56	1.019.749,85	-194.823,71	-16,04%

D3 – Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

- Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2013				2012				Var. (%) 4º T 2013/4ºT 2012
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo	48	49	47	50	104	81	67	65	-23,45%

- Mapa da posição a 31/12/2013 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	236.601,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	236.601,99	0,00	0,00	0,00	0,00

D4 – Das diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2012

Em assembleia-geral de 28 de março de 2013, o representante do Acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração que:

- Tome as medidas necessárias tendo em vista a redução da dependência da sociedade das receitas provenientes do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Serviço Público; e

- Aplique o artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, o qual estabelece a proibição de utilização do cartão de crédito por parte desses gestores.

A Lusa seguiu as recomendações do acionista Estado.

D5 – Das remunerações

- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012-2014	Presidente	Vitor Miguel Rodrigues Braz	275,22	275,22	13,76	261,46
2012-2014	Vice-Presidente	Denise Mendes Costa	219,87	219,87	10,99	208,88
2012-2014	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	219,87	10,99	208,88

Legenda: ⁽¹⁾ - Valor da Senha de presença fixada; ⁽²⁾ - Antes de reduções remuneratórias

- Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc ⁽¹⁾	Data
2012-2014	Presidente	Afonso Camões	AG	27-03-2012
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	AG	27-03-2012
2012-2014	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	AG	27-03-2012
2012-2014	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	AG	27-03-2012
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	AG	27-03-2012

Legenda: ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade	Pagadora
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)		[Identifica/n.a.]	[O/D]
Afonso Camões	n. a.	C	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Rogério Gomes	n. a.	C	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Graça Montalvão	n. a.	C	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Jorge Carreira	n. a.	C	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo Saldanha	n. a.	C	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções
Afonso Camões	0,00	89.287,94	0,00	4.464,32	8.928,92	0,00	75.894,70
Rogério Gomes	0,00	0,00	4.200,00	210,00	0,00	0,00	3.990,00
Graça Montalvão	0,00	0,00	3.300,00	165,00	165,00	0,00	2.970,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	3.600,00	180,00	0,00	0,00	3.420,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	3.600,00	180,00	0,00	0,00	3.420,00

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Afonso Camões	0,00	Seg. Social	16.726,88	656,73	0,00	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	382,21
Rogério Gomes	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Graça Montalvão	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Jorge Carreira	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Paulo Saldanha	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	0,00	-	0,00

Nome	Acumulação de Funções - Valores Anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após reduções
	[identificar]	[identificar]	[Público/Privado]	[€]	[€]	[€]
Afonso Camões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rogério Gomes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Graça Montalvão	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Jorge Carreira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Paulo Saldanha	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Nota: No caso do exercício de funções ser em regime privado colocar n.a. (não aplicável) nos campos das reduções

Nome	Gastos com comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Afonso Camões	-	1.397,21	
Rogério Gomes	-	0,00	
Graça Montalvão	-	0,00	
Jorge Carreira	-	0,00	
Paulo Saldanha	-	0,00	

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]				[€]	[€]
Afonso Camões	S	S	42.684,56	Renting	2013	2016	36	687,74	9.626,40
Rogério Gomes	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Graça Montalvão	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Carreira	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Saldanha	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - aquisição; ALD, Leasing ou outra

Nome	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Afonso Camões	400 litros	5.496,34	2.445,90	4.364,11	1.264,79	
Rogério Gomes	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Graça Montalvão	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Jorge Carreira	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Paulo Saldanha	-	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
	[€]	[€]	[€]	Identificar	Valor	[€]
Afonso Camões	2.394,07	2.360,68	1.090,79	taxas, vistos, seguro viagem, etc.	518,62	6.364,16
Rogério Gomes	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Graça Montalvão	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00

- Fiscalização

- Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)
			Doc. ⁽¹⁾	Data	
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	AG	27-03-2012	1.056,29
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	AG	27-03-2012	1.312,50
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	AG	27-03-2012	845,13
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	AG	27-03-2012	-

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual [€]		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Rui Filipe Gomes	14.788,06	1.478,82	13.309,24
Susana Jesus	15.750,00	1.575,00	14.175,00
Pedro Braumann	11.831,82	1.182,94	10.648,88
J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-

- **ROC**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração [€]		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc. ¹⁶	Data	Límite Fixado	Contratada	
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	1338	AG	27-03-2012	1.312,50	1.312,50	-
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	30	AG	27-03-2012	-	-	-

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: ¹⁶ indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta [€]	Reduções (Lei OE) [€]	Bruta após Reduções [€]
Susana Jesus	15.750,00	1.575,00	14.175,00
J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-

- **Auditor Externo**

Não aplicável.

- **Restantes Trabalhadores**

A empresa aplicou a redução remuneratória aos trabalhadores em conformidade com o art.º 27º da Lei 66-B/2012.

D6 – Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado, dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data. A utilização de telemóvel está sujeita ao limite fixado pelo Conselho de Administração.

D7 – Da Contratação Pública

A Lusa cumpre as normas da contratação pública.

D8 – Medidas tomadas, no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação

A empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

D9 – Do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2013

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2013.

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento Identificar [S/N]
						Absoluta	%	
CMVMC (m€)	108	104	86	76	89	-15	-14,01%	
FSE (m€)	4.540	4.790	4.561	4.271	3.812	-978	-20,42%	
Deslocações/Estadas	411	400	386	387	277	-123	-30,74%	N
Despesas de representação	41	36	28	38	17	-19	-52,83%	S
Comunicações	673	655	558	523	461	-194	-29,56%	N
Gastos com pessoal (m€)	12.373	12.422	11.185	11.638	11.030	-1.392	-11,21%	
Total	17.021	17.316	15.831	15.985	14.931	-2.385	-13,77%	N
Volume de Negócios (m€)	19.201	19.213	19.387	19.485	14.311	-4.902	-25,51%	
Peso dos Gastos no VN (%)	88,65%	90,12%	81,66%	82,03%	104,33%	-	-	

Face ao exercício de 2010, a redução verificada no total de Gastos Operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) foi de 13,8%, próxima da meta prevista. Não foi possível alcançar a redução de 15% devido à declaração de inconstitucionalidade da suspensão do pagamento do subsídio de férias. Nas rubricas “Deslocações/Estadas” e “Comunicações” a redução efetuada foi a possível de modo a não afetar a operação da agência.

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem Órgãos Sociais	294	291	267	264
Número de cargos dirigentes sem O.S.	6	5	5	4
Número de Órgãos Sociais	12	12	10	10
Gastos totais com pessoal (€)	12.421.529,58	11.184.622,42	11.638.265,67	11.029.511,03
Gastos com Órgãos Sociais	153.974,86	129.167,18	124.164,82	145.478,34
Gastos com Dirigentes	502.314,90	435.068,97	371.334,97	388.388,37
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes	11.612.513,28	10.367.741,98	9.363.270,31	10.260.546,76
Rescisões/Indemnizações	152.726,54	252.644,29	1.779.495,57	235.097,56

A Lusa reduziu, entre 2010 e 2013, o efetivo em 30 elementos (-10,2%) como resultado do Programa de Saídas Voluntárias instituído no último trimestre de 2012, incluindo dois cargos dirigentes (-33,3%). O Conselho de Administração eleito para o triénio de 2012-2014 é integrado por cinco membros, menos dois que no mandato anterior.

D10 – Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Por Despacho n.º 2422/13-SET da Secretária de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

D11 – Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

Não aplicável.

D12 – Informação a constar no site do Sector Empresarial do Estado (SEE)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

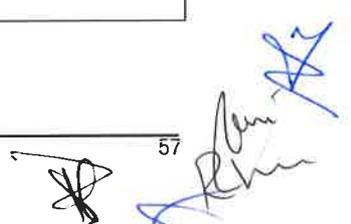
D13 – Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Relevância no ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento:					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço Público e Informativo de Interesse Público	X			100%	
Redução dos custos e gastos operacionais:	X			100%	
Consolidação da Agência Multimédia	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro	X			A taxa média de financiamento foi de 5,56%;	
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Diminuição de 16% nas dívidas a instituições de crédito (bancos e locadoras financeiras).	
Evolução do PMP a fornecedores	X			Diminuição de 15 dias.	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			50	
Recomendações do auditor na última aprovação de contas:					
Que a empresa tome as medidas necessárias tendo em vista a redução da dependência da sociedade das receitas provenientes do Contrato de Prestação de Serviço Público		X		Diminuição de 7,8%, ou 307 mil euros, nas receitas fora do Contrato de Prestação de Serviço Público.	Não obstante a estratégia comercial e de marketing promovida, não foi possível contrariar a forte contração da clientela tradicional (GDCS, PDCS e Outros) e dos institucionais - Outros, que se traduziu na desistência de clientes, cortes de serviço por falta de pagamento e diminuição de serviços facturados.
Que a empresa aplique o artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, o qual estabelece a proibição de utilização do cartão de crédito por parte desses gestores	X			100%	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 37.1 da Lei 66-9/2012	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-9/2012	X			9.093,92	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12/A/2010	X			5.199,32	
Auditor Interno - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-9/2012	X				
Prestantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-9/2012	X			602.311,10	
Prestantes trabalhadores - atribuição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-9/2012	X				
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X			1.307,60	Valor inscrito em data anterior à da recomendação do auditor na última aprovação de contas.
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		X			
Contratos submetidos a visto prévio do TC		X			
Auditorias do Tribunal de Contas		X			
Parque Automóvel	X			O parque automóvel é composto por 30 viaturas e foi utilizado mais uma viatura que em 2012.	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (artigo 64.º da Lei nº 66-9/2012)					
Gastos com pessoal	X			Diminuição de 1,4% face a 2011.	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			Decréscimo de 16,4% face a 2011.	
Redução de Trabalhadores (artigo 63.º da Lei nº 66-9/2012)					
Nº de trabalhadores	X			Diminuição de 1,12%.	
Nº de cargos directes	X			Diminuição de 23,0%.	A Lusa mantém um efectivo de cargos directos adequado à sua estrutura. O Conselho de Administração eleito para o biênio de 2012-2014 é integrado por cinco membros, menos dois que no mandato anterior.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124.º da Lei nº 66-9/2012)		X			Por Despacho n.º 2422/13-SET da Secretaria de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. a exceção do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

E – GRELHA DE PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X		X		3	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		3	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		3	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital.	X		X		5	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		5	
3.	Acordos parassociais.	X		X		6	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		6	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.		X		X		Não se aplica.
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.		X		X		Não se aplica.

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.		X		X		Não se aplica.
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		15	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.		X		X		
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		7	
2.	Identificação das deliberações acionistas.		X		X		
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado.	X		X		7	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		7	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		8	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		7	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		23	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.		X		X		Não se aplica.
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		9	



	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		7	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.		X		X		Não se aplica.
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		10	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização.	X		X		10	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		31	
4.	Funcionamento da fiscalização.		X		X		
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		11	
2.	Indicação das limitações, legais.		X		X		
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		11	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.		X		X		Não se aplica.
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.		X		X		Não se aplica.
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X		Não se aplica.
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X		Não se aplica.
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X		Não se aplica.
V.	Organização Interna						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis.	X		X		11	
2.	Comunicação de irregularidades.		X		X		
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		11	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		11 e 12	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.		X		X		
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.		X		X		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.		X		X		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.		X		X		
6.	Identificação principais tipos de riscos.		X		X		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.		X		X		
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.		X		X		
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		12	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		13	
D.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		13	
VI	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		13	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	X		X		14	
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		14	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		14	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.		X		X		Não se aplica.
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.		X		X		Não se aplica.
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.		X		X		Não se aplica.
6.	Regimes complementares de pensões.		X		X		Não se aplica.
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		14	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.		X		X		Não se aplica.
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.		X		X		Não se aplica.
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.		X		X		Não se aplica.
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		15	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		14	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.		X		X		
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		16	
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
	ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		17	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		17	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X		17	
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações.	X		X		19	
2.	Outras informações.		X		X		

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1.

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, e contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivos anexos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

2.

Durante o ano de 2013, a fiscalização na sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi assegurada pelo Conselho Fiscal, que integra a Vogal Revisora Oficial de Contas, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização acompanhou de forma continuada a evolução da atividade da sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal efetuou reuniões periódicas.

O Conselho Fiscal reuniu com o Presidente do Conselho de Administração, com o Conselho de Administração, com o então Secretário-Geral, com o Diretor Financeiro e, bem assim, com diversos dirigentes responsáveis por departamentos da Sociedade.



O Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e cumpre agradecer.

3.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Dra. Susana Rodrigues de Jesus, apresentado ao Conselho Fiscal a declaração de confirmação da independência do Revisor Oficial de Contas.

4.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal emitiu, em 30 de abril de 2013, em 31 de julho de 2013 e em 30 de outubro de 2013, os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, para cumprimento do disposto na alínea e) do n.º1 do Despacho n.º 14277/2008 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de maio de 2008, publicado no Diário da República, II série, de 23 de maio de 2008.

5.

No final de 2013, as demonstrações financeiras da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., evidenciam um total de balanço de 13 630 199,96 euros e um total de capital próprio positivo de 6 201 389,75 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 017 804,49 euros.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório dos membros não executivos do Conselho de Administração sobre o desempenho individual dos gestores executivos, datado de 28 de fevereiro de 2014, em que se concluiu que, não obstante não haver



contrato de gestão entre os gestores, os membros não executivos consideram que o Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado, no exercício de 2013, cumpriu as orientações e objetivos de gestão definidos para a empresa e que as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa são adequados.

O Conselho Fiscal observou, tal como é referido no Relatório de Gestão, a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores dando-se cumprimento às orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

6.

De acordo com o descrito no Relatório de Gestão, em 2013 a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi dispensada, pelo Despacho n.º 2422/13-SET, da Secretária de Estado do Tesouro, de observar o princípio da unidade de tesouraria que impõe a abertura e movimentação de uma conta junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

7.

A informação prestada no Relatório de Gestão cumpre o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado, designadamente o Art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo ao Relatórios de boas práticas de governo societário e as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2013.

No Relatório do Governo da Sociedade, a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., dedica um capítulo à análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental. Importa sublinhar que este documento representa um esforço de atualização em relação ao produzido em anos anteriores.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em 2013 o Sítio da Internet da LUSA, assegurou a acessibilidade e a qualidade da informação disponibilizada, o que vai ao encontro dos requisitos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de disponibilização clara, relevante e atualizada.

8.

Cumpre, igualmente, referir, de acordo com as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas, que foram cumpridas as reduções das remunerações previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

9.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legas das Contas emitida em 5 de março de 2014, pela Revisora Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases.

10.

Pela análise dos documentos de prestação de contas, nos quais se inclui a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e bem assim a Certificação Legal das Contas emitida, com a qual concordamos, verifica-se que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração descreve a evolução e o estado de gestão da Sociedade;
- b) A Certificação Legal das Contas se pronuncia sobre o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como sobre o correspondente anexo;
- c) Os documentos acima referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



Handwritten signature and initials in blue ink.

PARECER

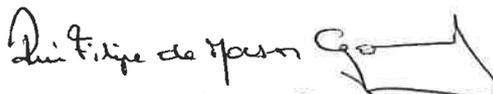
Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2013 apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 5 de março de 2014

O CONSELHO FISCAL

Presidente


(Rui Filipe de Moura Gomes)

Vogal


(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 13 630 199,96 euros e um total de capital próprio de 6 201 389,75 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 017 804,49 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

-
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 5 de março de 2014



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus